



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ
Estado do Rio Grande do Sul
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

ADRIANA MACHADO TEIXEIRA-PSDB
ANDERSON BARCELOS CORRÊA-PSDB
LIZIANE JARDIM – MDB

DATA: 22/12/2025

I - ABERTURA E VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA

Presidente: Havendo número legal declaro aberta a reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

II – Solicito ao Secretário a leitura da ata da reunião anterior.

Em discussão a Ata. Em votação a Ata. Os Vereadores que aprovam permaneçam como estão e os contrários queiram se manifestar.

III – Comunicação das matérias encaminhadas pela Mesa Diretora.

REDAÇÃO FINAL

PL n.º 081/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO SITUADO NA SEDE DO MUNICÍPIO”.

PL n.º 087/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS DE NATUREZA SUPLEMENTAR NO VALOR GLOBAL DE R\$ 350.000,00”.

PL n.º 094/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“ALTERA O ART. 7.º, INCISO I, E O ART. 8.º DA LEI MUNICIPAL N.º 2.123/2024”.

PL n.º 095/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 172.000,00”.

PL n.º 096/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 220.500,00, À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”.

PL n.º 097/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS DE NATUREZA SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 300.000,00, À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”.

PL n.º 098/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACEGUÁ A CELEBRAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO DE BEM-ESTAR ANIMAL MAIA E BENJAMIN”.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ
Estado do Rio Grande do Sul
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF

PL n.º 099/2025 – Do PODER EXECUTIVO

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 250.000,00”.

IV – Discussão sobre realização de audiência pública, consulta pública, diligência ou convocação de autoridade governamental para prestar esclarecimento e as respectivas providências.

V – Apresentação de voto de relatoria.

VI – Discussão e deliberação do voto da relatoria.

VII – Concessão de vista do processo, da proposição e do voto de Relatoria, se houver solicitação.

VIII – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.